



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA  
ESTADO DE SÃO PAULO

Data de assinatura do Contrato: 31/03/2017  
Instrumento de parceria: TERMO DE COLABORAÇÃO - PROCESSO Nº 6195/17  
Órgão da ADM Pública Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania  
Nome da Organização: Associação de Combate ao Câncer de Caraguatatuba - ACCC  
CNPJ: 06.316.495/0001-49  
Descrição do objeto da parceria: Desenvolvimento de ações complementares ao SCFV na faixa etária de 18 a 59 anos com oferecimento de oficinas operativas  
Valor Total da Parceria: R\$ 300.583,92

Valores Liberados 2017	
Mês de repasse	Valor
MARÇO	R\$ 25.048,66
ABRIL	R\$ 25.048,66
MAIO	R\$ 25.048,66
JUNHO	R\$ 25.048,66

Dados a serem informados		
Integrante - Equipe	Função	Remuneração
Beatriz Moraes Ferreira	Psicologa	R\$ 3.028,05
Sandra Elizete dos Santos Neves	Assistente Social	R\$ 2.523,58
Saete Martins Vieira	Auxiliar Serviços Gerais	R\$ 1.230,55
Isabel Cristina Abreu	Orientadora	R\$ 1.338,07
Erica Megumi Umeno (40h)	monitor	R\$ 1.230,55
Mirian Tisano Braga (4h)	monitor	R\$ 490,00
Zilda Canavesi Peruzzi (4h)	monitor	R\$ 490,00
Valdenice Medeiros de Lima (4h)	monitor	R\$ 490,00
Ronaldo Vidal de Araujo (4h)	monitor	R\$ 490,00

Situação da Prestação de Contas:	Regular
Data prevista para apresentação:	10/07/2017
Data que foi apresentada:	10/07/2017
Prazo para análise	15/07/2017
Resultado conclusivo:	Regular

Jonas Fontes dos Santos  
Secretário Municipal  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Assinatura e Carimbo Responsável Prefeitura

Vicente Barbiéri  
Presidente ACCC

Assinatura e Carimbo Responsável Terceiro Setor

As prestações de Contas e seu respectivo resultado conclusivo podem ser:

**Regular** - quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

**Regular com Ressalva** - quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

**Irregular** - quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

dever de prestar contas;

dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

ilegítimo ou antieconômico;

a) omissão no

b) descumprimento injustificado

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.